



PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: INTERFACE À LUTA ANTICAPACITISTA DAS PESSOAS COM TEA

Analú dos Santos Lopes¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre o projeto ético-político profissional e sua relação à luta anticapacitista das pessoas com deficiência com com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Como metodologia utilizou-se de levantamento bibliográfico nas plataformas Scielo e Google Acadêmico. Os resultados apontam para a necessidade de intensificar a luta anticapacitista pelas entidades CFESS/CRESS, ampliar estudos pesquisas que versam sobre a temática, além de uma formação anticapacitista que fundamente a direção social e política do trabalho profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Ético-político profissional; Serviço Social; Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

INTRODUÇÃO

Com processos de reestruturação produtiva, iniciado desde a década 1970, vivencia-se onda longa recessiva, que desde a fase de expansão capitalista monopolista captura o Estado para garantir proteção da propriedade privada e acumulação de valor. Ao mesmo tempo que a classe trabalhadora brasileira vivencia níveis altíssimos de desigualdade social. Sendo que, nos períodos de crise de acumulação capitalista, aprofunda-se o discurso pautado na moral conservadora para controle da força de trabalho e extração de mais-valor em detrimento da barbárie humana.

Na contemporaneidade, os países de capitalismo dependente periférico, pela sua própria localização na divisão internacional do trabalho, intensificam a superexploração da sua força de trabalho, desnudando as marcas da formação sócio-histórica brasileira. Tem-se a sensação de estar vivendo um vale-tudo (Tonet, 2002), com valores pretéritos que deveriam ser totalmente repudiados, à exemplo de discursos ideológicos proferidos por representantes estatais de extrema-direita no período de 2019 a 2022. Um contexto de regressões de direitos sociais e trabalhista alicerçada a dimensão ético-política conservadora reacionária. Neste contexto, aprofunda-se os mecanismos ideológicos de reprodução de valores conservadores

¹ Assistente Social, mestra e doutoranda pelo PPGSS/UFSC. e-mail: analú.ep@gmail.com



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

com ataques direto aos povos originários, na população LGBTQIA+, nas pessoas com deficiência, na população idosa, nas mulheres, nas/os pretas/os, são expressões dos dilemas éticos que vivencia-se no cotidiano e institucionalizados no Estado a partir da implementação de políticas públicas neoliberais, de cunho familista e ofertada através do mix público e privado.

A radicalização do ideário neoliberal tem bases fecundos com o governo de extrema-direita, impondo maiores dilemas para as/os assistentes sociais que inserem-se em serviços sociais, aumentando o dilema entre estatuto assalariado e o projeto ético-político da profissão. A profissão referencia-se pelos princípios fundamentais: liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; defesa e ampliação no aprofundamento da democracia; posicionamento a favor da equidade e da justiça social; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; garantia do pluralismo; opção por uma nova ordem societária; preza pela articulação com os movimentos sociais e lutas de outras categorias profissionais; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e no exercício profissional sem ser discriminado/a nem discriminar (Brasil, 1993).

Tais princípios articulam-se diretamente com a luta anticapacitista das pessoas com deficiência. Sendo objetivo deste artigo refletir sobre o projeto ético-político profissional e sua relação à luta anticapacitista das pessoas com deficiência com TEA. As pessoas com TEA apresentam neurodivergências que englobam distúrbios comportamentais e sociais (Dsm5, 2014) que impactam diretamente em sua forma de ser e estar em uma sociabilidade capitalista dependente e periférica, desencadeando diversas opressões, preconceitos, e segregações provenientes da moral conservadora e institucionalizada através de políticas públicas neoliberais.

Para o debate o artigo está organizaqdo em três momentos, sendo inicialmente apresentado o diálogo sobre os Dilemas éticos na contemporaniedade para na sequência pensar o Serviço Social e Projeto ético-político e fazer a interface com a luta anticapacitista das pessoas com deficiência TEA. Como metodologia utilizou-se de levantamento bibliográfico realizado nas plataformas *Scielo* e *Google Acadêmico*.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

DILEMAS ÉTICOS NA CONTEMPORANIEDADE

Segundo Marx e Engels (1991, p. 39), “O pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso sobreviver [...]”. É no trabalho que se dá a relação entre os seres humanos e a natureza, onde se criam os meios de satisfazer as necessidades humanas. Ao transformar a natureza, os seres humanos transformam o mundo e também a si mesmos em um processo complexo e não linear, de onde surgem novas necessidades e também novas respostas. É no trabalho que o ser humano decide teleologicamente fazer escolhas entre alternativas possíveis. As escolhas, por sua vez, baseiam-se em juízos de valor que avaliam as alternativas a partir de critérios baseados no certo, errado, justo, injusto, etc. (Marx; Engels, 1991; Barroco, 1996).

O trabalho como fundante da ontologia do ser social é fonte do comportamento ético humano, pois ao mesmo tempo que transforma a natureza, transforma a si mesmo. O trabalho, é a base ontológica primária do ser social. É nesta relação que o ser social amplia sua natureza social e consciente instaurando objetivações que permitem autoconstrução do ser social como um ser livre e universal. A percepção do eu e do universal se dá na superação crítica do cotidiano (conflitos morais), levando o indivíduo a adquirir a consciência para além de sua singularidade que se amplia sua capacidade extrapolando o seu campo singular para o humano-genérico, a partir do momento em que ele age como sujeito ético (Lukács, 2012; Barroco, 2009).

A ética desempenha função ideológica “[...] ainda que não diretamente, mas através de mediações complexas, reproduz os interesses de classe, contribuindo para o controle social, através da difusão de valores que visam a adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante” (Barroco, 2009, p. 9) que condiz com os pressupostos éticos que sustentam as normas e a própria conduta moral das pessoas. A moral se materializa na forma do existir da ética, configurando-se em regras de condutas dos indivíduos, grupos e/ou sociedade. Os valores morais como produtos históricos se dão quando “os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, produzem também os princípios, as ideias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais” (Marx, 2009, p.126).

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

São nos espaços da vida cotidiana que são repetidas normas e princípios até que se tornem hábitos e, posteriormente, um costume. Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Neste sentido, a reprodução de determinado modo de vida abarca todos os poros da vida cotidiana, como um modo de produzir e reproduzir as relações sociais, dotadas de uma necessidade histórica. Na sociabilidade capitalista, tal modo fundamenta-se na apropriação e exploração social da riqueza, conduzindo à contradição estrutural entre a igualdade jurídica de cidadãos livres e a desigualdade econômica. Nesse sentido, considere os questionamentos de Tonet (2002, p. 6) para reflexão:

[...] qual é o valor supremo que rege esta forma de sociabilidade {capitalista}? Parece que não nos resta dúvidas que é a produção de mercadorias, e portanto, a reprodução do próprio capital. Qual o valor supremo proclamado pela ética dominante? A vida humana, na sua forma mais digna possível.

O valor supremo proclamado encontra um abismo para materilização, pois defronta-se diretamente com a valor supremo que rege a sociabilidade capitalista. Neste sentido, “parece que os valores que mais se impõe são os de caráter, individualista, imediatista e utilitário, chegando, muitas vezes, ao cinismo mais aberto” (Tonet, 2002, p.1)

Como exemplo de cinismo, o final de 2016, com o golpe parlamentar, jurídico e midiático contra a presidente eleita Dilma Rousseff que significou um recuo civilizatório com a política de reajuste fiscal, condicionando uma brutal deterioração das condições de vida e trabalho. Aplica-se uma devastação social com a Reforma Trabalhista. No campo das políticas sociais a Emenda Constitucional n. 95/2016 congela por vinte anos. Souza e Soares (2019, p.21-24) ao debaterem sobre a EC 95/2016 afirmam que “nenhum governo do globo, nenhum país, empreendeu uma medida de congelamento tão extensa”; “[...] maior engessamento de recursos para a manutenção das políticas sociais jamais visto”. O (des)governo de Michel Temer além de acelerar a criação de instrumentos legais que incorporam a apropriação do fundo público pelo capital, amplia o discurso conservador de cunho moral (Souza; Soares, 2019). Resulta destas medidas a volta ao mapa da fome e da miséria mundial, com as elevadas taxas de desempregos, oriundas da reorganização do mundo do trabalho e de contrarreformas promovidas pelo Estado.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Ademais, o nível de desenvolvimento dos meios de produção que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) alcançaram no século XXI, subsumidas aos interesses capitalistas, atendem os interesses hegemônicos. Quando refletidas a partir do acesso a informação, deve ser analisadas em seu caráter contraditório. Além do acesso e alcance a uma informação ser praticamente imediata, ela reproduz luta de classe, é permeada pela disputa de diferentes projetos de societários. Ao mesmo tempo que amplia-se a racionalidade instrumental que garante fratura cada vez mais ampla entre os valores éticos proclamados e a lógica da realidade objetiva (Barroco, 2009). Cooptados por valores morais radicalizados no discurso conservador, individualista, opressor e preconceituoso, descortina as facetas da questão social na formação sócio-histórica brasileira.

Os valores morais se transformam em ética com a repetição automática no cotidiano, a classe trabalhadora é bombardeada de informações não neutras. Em milésimos de segundos determinado valor moral começa a ser pulverizado, passando a fazer parte do cotidiano e a ser reproduzido sem reflexão. Garantindo a repetição de valores morais conservadores como fundamento ético da reprodução das relações sociais capitalistas. Com os fundamentos ideológicos da classe dominante, a realidade passa a ser percebida de forma obscura e imutável; ao naturalizar o presente, negando a possibilidade de intervenção do homem na história: fundamento de uma ética orientada pela práxis (Barroco, 2009).

Ao mesmo tempo, a classe dominante moderniza-se as bases de controle da classe trabalhadora através da comunicação direta com a classe trabalhadora pelo recurso da manipulação da espiritualidade, difundidas por vertentes mais reacionárias das instituições religiosas. Com recurso da repetição de um discurso moralizante, direta ou indiretamente, o *ethos* liberal burguês vai penetrando em todos os poros do tecido social. A violência, a abstração, o moralismo e o conservadorismo fortalecem a descrença na política, em sua forma democrática, reforçando apelos à ordem, a medidas repressivas e a soluções morais para a crise social em nome de justiça (Evangelista, 2020).

O Estado sob a gestão da extrema-direita reproduz fundamentos congruentes com vertentes fascistas, institucionalizando o conservadorismo reacionário através das políticas sociais que resultaram na morte de milhares de brasileiros,

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

principalmente, pobres, pretos e periféricos em contexto dramático de pandemia de Covid-19. Através do negacionismo, na não-ciência, na penalização da pobreza, etc.

Com o final do governo de Jair Bolsonaro, após perder as eleições para o candidato Luis Inácio Lula da Silva em uma disputa permeada pela disseminação de *fakenews*, foram eleitos uma bancada de governadores, deputados e senadores que defendem o projeto de sociedade da extrema-direita, demarcando o poder ideológico presente. Contudo, com a eleição de um governo progressista foram eliminados discursos de cunho reacionários que ameacem os direitos humanos.

Contudo, os valores morais conservadores permanecem institucionalizados no Estado, são necessários a *ethos* dominante e compõem os fundamentos das políticas públicas neoliberais, espaços de inserção de trabalho das/os assistentes sociais, por isso se faz necessário dialogar os dilemas éticos presentes no cotidiano profissional e a direção social e política do trabalho profissional

SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

De forma voraz o capital destrói toda forma de vida no planeta. Configura-se um tempo de devastação, numa fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financeira e radicalizam-se os dilemas éticos que repercutem na implementação do projeto ético-político. Constituir a ética orientada pela *práxis* é estar em constante reflexão ético-política, sendo necessário uma formação crítica que permita refletir sobre o seu agir ético (Tonet, 2002; Barroco, 2009).

O Serviço Social em relações sociais capitalistas historicamente se configura como uma profissão fortemente influenciada pelo conservadorismo moral e político. Contudo, desde a década de 1980, período de maturidade teórica e política do projeto profissional, identifica-se o rompimento com valores éticos-morais conservadores a partir da incorporação “de vertentes críticas com destaque para as inspiradas na tradição marxista” (Netto, 1999, p. 102). Com tal processo, se constrói um novo *ethos*, marcado pelo posicionamento de negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade. É assim que o compromisso com as classes trabalhadoras desponta como valor ético-político central. Esse posicionamento é articulado no Código de Ética de 1993 com os valores-éticos da liberdade, da justiça social, da democracia, da defesa do conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos). Todavia, com reestruturação produtiva na década de 1990 e a reorganização do

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

mundo do trabalho sob os pilares neoliberais, descortina-se um cenário perverso em termos de direitos humanos e de possibilidades de objetivação ética (Barroco, 2009).

Neste sentido, o projeto ético-político do Serviço Social, sinaliza para a importância de disseminar uma cultura crítica dos direitos humanos, diferenciando-a da abordagem liberal burguesa, atrelada aos princípios fundamentais anticapitalistas, inscritos no Código de Ética da/o assistente social que, segundo Netto (2009, p.8) “não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais” que são contrárias aos valores, fundamentos e normas hegemônicas.

Os direitos humanos ao serem apreendidos de forma crítica na sociedade capitalista apresentam contradições, pois são resultantes da entrada da classe trabalhadora na política como sujeitos histórico universal que disputa uma nova ordem societária (Engels, 2008). Ao mesmo tempo que são uma conquista da classe trabalhadora, de sujeitos desapropriados das condições sociais de existência; são também, concessões da classe burguesa, que se vê pressionada e sob a necessidade de controle.

Considerados como sujeitos não produtivos e historicamente tratadas como *defeituosas* as pessoas com deficiência possuem uma trajetória de luta para serem reconhecidos como *sujeitos de direitos* em relações sociais capitalistas, alcançados com a Declaração Dos Direitos Humanos (Brasil, 2019). No Brasil, demarca-se a Constituição Federal de 1988 como marco histórico da instituição de direitos sociais. incorporando no Capítulo II deliberações sobre os direitos, a igualdade e a não discriminação da pessoa com deficiência, bem como em vários campos encontra-se temas relativos a pessoa com deficiência: Saúde, Seguridade, Assistência Social, Trabalho, Acessibilidade, Educação, etc.

No campo do Serviço Social constata-se a incorporação do debate pelo conjunto CFESS/CRESS através da produção de materiais informativos, capacitações, participação em espaços políticos, de controle social e institucionalização da Resolução nº 992, de 22 de março de 2022 que estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TEA NA POLÍTICA DE SAÚDE

Compreende-se que somente a reflexão consciente da ética através da crítica radical pode desevidar os paradoxos societários atuais. Apresentar-se-á a trajetória dos direitos da pessoa com deficiência com TEA – caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento representado por:

déficits persistentes na comunicação social recíproca e na interação social. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades persistentes desde o início da infância que limitam ou prejudicam o funcionamento da vida diária (Dsm5, 2014, p.53).

Em relação aos Direitos da Pessoa com TEA, o Estado, por sua vez, os institucionaliza a partir da Lei nº 12.764 (Brasil, 2012) – Lei Berenice Piana – que versa sobre a Política Nacional de Proteção da Pessoa com TEA. E a Lei 13.977/20 – Lei Romeu Mion - que cria a carteira de identificação do autista: CIPTEA. Tais conquistas, apreendidas a partir da categoria de totalidade sócio-histórica conformam lutas enfrentadas pelas pessoas com deficiência na busca do pleno exercício da cidadania e do direito a uma vida digna, porém, ainda persistem diferentes e importantes barreiras de acesso, inclusão e preconceitos.

A implementação dos direitos sociais são em serviços sociais de políticas públicas neoliberais centradas nas categorias estruturais de classe, raça, gênero e familistas. Neste sentido, o acesso a serviços de diagnóstico e, posterior, terapias para acompanhamento são extremamente focalizados e precarizados. O tempo de acesso a especialistas (neurologista e psiquiatra) para diagnóstico são extramamente focalizados. Para acompanhamento, os serviços estão superlotados e possuem centralidade no atendimento até 14 anos.

Outrossim, o diagnóstico foi amplamente associado ao gênero masculino, embora já se identifique avanços, ainda o recorte de gênero é persistente, conseqüentemente, as mulheres, quando acessam, recebem diagnósticos tardios. Ao problematizar a reflexão através da categoria raça, será evidente que as pessoas com deficiência TEA negras e pobres terão projeções de opressão e exclusão mais agudizadas, pois correspondem às estruturas de um país dependente e periférico.

A falta de acessibilidade nos serviços de saúde pública é uma realidade, nenhum serviço conta com sala de restauração para controle sensorial para prevenir e/ou restaurar as crises de **shutdown e meltdown** geradas por sobrecarga de



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

informações sensoriais: o som, o olfato, a luz, o tempo de espera, a mudança de rotina, capacitismo, etc. Segundo Halim; et all (2018) *apud* (Aguilar et all, 2020) informam: quando a pessoa com TEA está sendo incapaz de lidar com estímulos sensoriais pode ocorrer um desligamento, o **shutdown**, ou um **meltdown** com descontrole emocional e comportamentos externalizantes autolesivos. Existem experiências exitosas de espaços físicos adaptados com salas de restauração no campo da educação, sendo de suma importância que se ampliem para diferentes espaços do cotidiano.

Em relação aos serviços ofertados pelo mercado, identifica-se inicialmente o recorte de classe, pois os custos para acesso tanto ao diagnóstico e acompanhamento é altíssimo. Encontra-se a oferta de serviço com especialistas em TEA infantil, adolescente e adulto. Os espaços físicos possuem maior acessibilidade. A dificuldade é manter o consumo de um serviço mercantilizado.

Identifica-se a mobilização da sociedade civil com a organização de grupos de pessoas com TEA e familiares com debates e articulações de pautas de luta e troca de vivências no cotidiano.

Debater a luta anticapacitista das pessoas com TEA se faz necessário problematizar o conservadorismo que perpassa pela temática que oprimem e discriminam pessoas com TEA. Além da difusão de valores neoconservadores às pessoas com deficiência, não exclusivo às pessoas com TEA, identifica-se uma cultura capacitista nos serviços sociais institucionalizados que reproduzem violência institucional.

Por fim, dialogar sobre a temática dos direitos das pessoas com deficiência TEA com interface com o projeto ético-político é refletir a direção social e política do trabalho profissional. É problematizar a necessidade de uma formação anticapacitista, articulados as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas. É fomentar a produção de investigações em diferentes dimensões da vida. É importante para provocar a necessidade de capacitação continuada para enfrentar o conservadorismo que regulamenta as relações sociais capitalistas.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função ideológica do *ethos* dominante é reproduzida diariamente no cotidiano da vida através de valores morais conservadores que garantem o controle e adequação da classe trabalhadora a lógica da produção capitalista. Ao mesmo tempo que reproduz estigmas, discriminação, ódio e todas as formas de segregação às pessoas com deficiência que historicamente experienciam essas vivências. Quando pensada a partir das pessoas com TEA, não como exclusividade, os valores morais conservadores reacionários oprimem e reproduzem violências difundidas em mídias sociais, espaços do cotidiano e institucionalizados no Estado.

O enfrentamento ao *ethos* dominante se dá através da reflexão dialética constante, capacitação continuada que apreenda criticamente os fundamentos dos dilemas éticos e a determinações sócio-histórica do trabalho alienado. Empreender a luta anticapacitista das pessoas com deficiência, aqui refletida através da singularidade das pessoas com TEA, no cotidiano, se faz necessário articular as dimensões teóricas-metodológicas, ético-política e técnico-operativa da profissão que direciona-se na contrahegemonia do *ethos* dominante.

Por fim, é importante fomentar pesquisas e debates que abordem a temática, reafirmando o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, com a luta anticapacitista e com as pessoas com deficiência TEA, possuidoras do direito de viver e de exercer seus direitos, mesmo que fundados na contradição do direito burguês. Em defesa da emancipação política sem perder o horizonte a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In.: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009. Brasília. CEAD-UNB. p. 166-184.

BRASIL. CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. ver. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL, CFESS. Assistente social no combate ao preconceito: discriminação contra a **pessoa com deficiência**. **Caderno nº 7**. Brasília: **CFESS, 2019**. p.22. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf> . Acesso em 07 ago.2024.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

BRASIL. **Lei nº 12.764, de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 08 ago.2024.

DSM5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p.992. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em 11 ago.2024.

EVANGELISTA, Ana Carolina. **Crentes ou não, políticos conservadores se apropriam da religião para avançar.** Entrevista especial com Ana Carolina Evangelista. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/605266-crentes-ou-nao-politicos-conservadores-se-apropriam-da-religiao-para-avancar-entrevista-especial-com-ana-carolina-evangelista>. Acesso em 10 ago. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

HALIM, Andrew T.; et all. Exploring the nature of anxiety in young adults on the autism spectrum: A qualitative study. *Research in Autism Spectrum Disorders*, Elsevier, v. 55, p. 25 – 37, 2018. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders?gad_source=1&qclid=Cj0KQCQjw5ea1BhC6ARIsAEOG5pxqEyljkqARxPc4iQHoiUvLmJqqFA5OvqcbSR-8LBxyeMQMVbF8BSCaAt3LEALw_wcB. Acesso em 12 Ago. De 2024.

LUKÁCS, George. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia:** resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. MOTA, Ana Elizabete et. al. (Orgs.). 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreforma e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. In: **Revista Ser Social.** Brasília: Ser Social, v.21, n.44; 2019. p.11-28. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23478. Acesso 06 ago. 2024.

TONET, Ivo. **Ética e Capitalismo.** In: Presença Ética. Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética (GEPE). PPGSS/UFPE, ano II, nº 2, 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/Ywk6FJ>>. Acesso em 9 ago. 2024.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

